



(Tradução)

Assunto: Interpelação escrita do Deputado à Assembleia Legislativa, José Maria Pereira Coutinho

Relativamente à interpelação escrita do Deputado José Maria Pereira Coutinho, de 25 de Junho de 2024, enviada a coberto do ofício da Assembleia Legislativa n.º 739/E562/VII/GPAL/2024, de 10 de Julho de 2024, e recebida no Gabinete do Chefe do Executivo em 11 de Julho de 2024, depois de ouvido o parecer do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP), Polícia Judiciária (PJ), Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude (DSEDJ) e Conselho de Consumidores (CC), cumpre a este Gabinete dar as seguintes respostas:

Em relação ao ponto 1 da interpelação, o CC referiu que, no início deste ano, publicou um inquérito sobre o consumo *online* por parte dos estudantes do ensino secundário, com o objectivo de recolher e analisar a atitude e hábitos desses estudantes para com as compras *online*, bem como as formas usadas para lidar com os conflitos nessas compras. Esses dados servirão de referência para os jovens no futuro e para o desenvolvimento do trabalho educativo de salvaguarda dos direitos dos consumidores das instituições escolares. Para melhorar a educação e a salvaguarda dos direitos de consumo, o CC vai continuar a realizar diferentes palestras e *workshops* nas escolas e zonas comunitárias, generalizando os conhecimentos sobre a salvaguarda dos direitos de consumo e alertando para situações de maior risco que os estudantes devem prestar atenção. Estas actividades permitem que os estudantes conheçam as questões associadas ao consumo, em especial as referentes aos últimos anos, introduzindo nas escolas e famílias uma cultura de consumo responsável, encorajando os estudantes a partilhar essas informações com familiares e amigos, com vista a melhorar a consciencialização e a capacidade de toda a população na protecção dos direitos e interesses dos consumidores.

De acordo com os dados das autoridades policiais, quanto aos casos de burla telefónica, em 2023 houve 116 vítimas estudantes, entre esses 62,9% são do Interior



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
保安司司長辦公室
Gabinete do Secretário para a Segurança

(Tradução)

da China, e os restantes de Macau.

Quanto ao ponto 2 da interpelação, a DSEDJ integrou nos currículos escolares, a educação familiar e as actividades comunitárias, para melhorar os conhecimentos dos jovens estudantes sobre as possíveis ameaças à segurança na internet e para aumentar o sentido de protecção da privacidade e as suas capacidades de autoprotecção.

Relativamente ao ensino não superior, o Governo da RAEM publicou, entretanto, as “Exigências das competências académicas básicas” revistas para as disciplinas de Educação Moral e Cívica, Actividades de Descoberta, Tecnologias de Informação e outras disciplinas, que serão gradualmente implementadas nos diferentes anos de escolaridade a partir do ano lectivo de 2024/2025. Pretende-se assim, desenvolver a consciência dos alunos em relação à segurança na internet, dar-lhes orientações para o cumprimento da legislação e alertar para a necessidade de formar conceitos básicos para a utilização racional das tecnologias de informação. Com a publicação dos respectivos materiais didácticos e a criação da “Base de Recursos Pedagógicos sobre Educação Moral e Cívica”, a DSEDJ apoia as respectivas acções pedagógicas. A par disso, a DSEDJ e os serviços policiais continuam a organizar “Palestras de Cumprimento das Leis e de Prevenção das Burlas” nas escolas, para melhorar, de forma abrangente, a consciencialização dos alunos do ensino secundário complementar na prevenção desses crimes. Para além disso, os agentes de aconselhamento aos alunos destacados nas escolas continuam a realizar actividades sobre vários temas, nomeadamente a boa utilização da internet e a prevenção de armadilhas na internet. Com o intuito de desenvolver, plenamente, a função de protecção das famílias, nos últimos anos, a DSEDJ tem incentivado e apoiado, vigorosamente, as escolas, as comunidades e as empresas para organizarem actividades de educação parental subordinadas a esses temas, e através da “Página de Informação de Educação Parental”, de páginas temáticas nas redes sociais e de outros meios, são divulgadas infografias e diversas informações educativas.



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
保安司司長辦公室
Gabinete do Secretário para a Segurança

(Tradução)

No que se refere ao ensino superior a PJ, já em 2017, criou o “Mecanismo de Prevenção Conjunta contra Burlas”, o qual abrange os serviços governamentais e instituições privadas de diversas áreas, tais como a segurança, comunicações, financeira e educação. Também em colaboração com o então Gabinete de Apoio ao Ensino Superior e instituições de ensino superior tem vindo a realizar, de forma *online* e presencial, palestras temáticas sobre prevenção das burlas em telecomunicações e cibernéticas entre outras actividades de prevenção criminal. Em Abril de 2023, a PJ, juntamente com a DSEDJ e as instituições de ensino superior, criou o “Grupo especializado para o trabalho de divulgação e educação de estudantes do ensino superior relativo à prevenção das burlas”, tendo ainda, realizado cinco rondas de acções de sensibilização de prevenção das burlas destinadas às instituições de ensino superior. Com base nisso, foi lançado, em Maio deste ano, o “Programa de vacina antiburla no campus”, através da realização de acções específicas educativas sobre burlas com vista ao desenvolvimento de uma rede segura no campus. Actualmente, aproveitando os diversos meios, as instituições de ensino superior de Macau em colaboração com as respectivas associações estudantis, aumentaram a divulgação e educação sobre a prevenção das burlas, para os novos estudantes durante a fase de admissão, intensificando o sentido de alerta sobre situações de burla na internet e levando-os a aprender medidas de prevenção nesta área.

No sentido de melhorar a prevenção das burlas a estudantes e a grupos conexos, a polícia organizou, no primeiro semestre deste ano, mais de 140 acções de sensibilização neste âmbito para estudantes, encarregados de educação e funcionários das escolas, as quais tiveram a participação de mais de 30.000 pessoas. Nestas acções foram abordados os esquemas fraudulentos mais comuns, bem como os esquemas emergentes com a utilização de tecnologias de IA, mudança de rosto e de voz e as respectivas medidas para os combater. Em simultâneo, a polícia publicou 992 *posts* e vídeos antiburlas em várias plataformas de redes sociais e lançou, em Abril deste ano, um programa antiburla no *WeChat*, facilitando a consulta pelo público dos riscos



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
保安司司長辦公室
Gabinete do Secretário para a Segurança

(Tradução)

relativos às burlas e a obtenção de informações preventivas nestas matérias. Até 22 de Julho, o número total de visualizações do programa ultrapassou as 29.000. Além disso, entre Agosto e Novembro de 2023, foram realizadas, no Edifício de Serviços de Migração, 260 palestras temáticas sobre burla destinadas a estudantes estrangeiros que estudam em instituições de ensino superior de Macau e que pretendiam requerer a autorização de permanência, tendo sido abrangidos cerca de 12.000 estudantes durante essas sessões. As palestras neste âmbito continuarão a ser realizadas no segundo semestre deste ano.

No que concerne à cooperação transfronteiriça do ponto 3 da interpelação, em Setembro de 2023, as autoridades de segurança e o Ministério da Segurança Pública do Interior da China assinaram a “Acta de reunião entre a delegação do órgão de segurança pública do Interior da China e a delegação da Polícia de Macau sobre a cooperação no combate e na prevenção dos crimes de burlas com recurso a telecomunicações e internet”, continuando a intensificar a cooperação em diferentes áreas como a troca de informações e a recuperação do dinheiro proveniente de burlas, evitando prejuízo e partilhando informações. Entre Setembro de 2023 e Junho de 2024, segundo os dados fornecidos por Macau, as autoridades policiais do Interior da China “congelaram” 292 contas bancárias do Interior da China suspeitas de estar ligadas a casos de burla em Macau, impedindo um prejuízo de 9,38 milhões de RMB, tendo esse dinheiro sido devolvido às vítimas. Para além disso, a PJ tem aprofundado o intercâmbio e a cooperação com as autoridades policiais do Interior da China, Hong Kong e outros países, tendo sido realizadas operações conjuntas, nomeadamente, “*Soaring Star*”, “*Barreiras do Céu*”, “*Guardway*”, “*Deferscheme*” e “*Polardawn*”, e desmanteladas várias burlas cibernéticas, telefónicas e de branqueamento de capitais com bens virtuais, bem como, o desmantelamento de redes criminosas transfronteiriças.

Relativamente ao trabalho de peritagem forense, a PJ continua a melhorar o nível e a eficiência do trabalho informático forense, formando profissionais,



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
保安司司長辦公室
Gabinete do Secretário para a Segurança

(Tradução)

introduzindo técnicas e equipamentos de alta tecnologia, melhorando a gestão interna e otimizando os procedimentos de trabalho como recolha de provas electrónicas de acordo com a Lei de Combate à Criminalidade Informática, garantindo a investigação eficaz de crimes informáticos transfronteiriços. Para aumentar a capacidade de peritagem e melhor gerir as provas obtidas, através da informatização foi criado um sistema de gestão geral de peritagem informática. Foi elaborado um procedimento de investigação e recolha de provas de moedas virtuais, no sentido de enfrentar as tendências de aumento de casos que envolvem bens virtuais. Ao mesmo tempo, em 2020, foram criadas duas carreiras especiais, nomeadamente técnico superior de ciências forenses e técnico de ciências forenses, para desenvolver melhor a equipa de talentos profissionais.

A Chefe do Gabinete do Secretário para a Segurança

Cheong Ioc Ieng

30 de Julho de 2024